



Câmara Municipal de Itabirito

REQUERIMENTO Nº __, 23 DE FEVEREIRO DE 2026

Requer informações ao Poder Executivo Municipal acerca da composição atual da Comissão de Proteção à Fauna, bem como o encaminhamento dos respectivos atos formais de nomeação de seus membros.

Senhor Presidente,

O Vereador que este subscreve, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal, o presente pedido de informações, nos termos a seguir expostos:

Que sejam encaminhadas a esta Casa Legislativa as seguintes informações e documentos:

1. Relação nominal completa dos membros atualmente integrantes da Comissão de Proteção à Fauna do Município;
2. Indicação da função exercida por cada membro (titular, suplente, presidente, secretário, etc.);
3. Órgão ou entidade que cada membro representa, quando aplicável;
4. Período de vigência do mandato ou designação;
5. Cópia integral do ato administrativo formal de nomeação (portaria, decreto ou instrumento equivalente) que instituiu e designou os membros da referida Comissão;
6. Informação acerca da legislação ou ato normativo que fundamenta a criação e o funcionamento da Comissão.
7. Informação acerca da eventual percepção de remuneração, gratificação, jeton ou qualquer outra forma de vantagem financeira pelos membros da Comissão de Proteção à Fauna, especificando, em caso positivo, o fundamento legal, a natureza da verba e os respectivos valores.

JUSTIFICATIVA

A Comissão de Proteção à Fauna exerce papel relevante na formulação, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas voltadas à proteção animal, bem-estar da fauna e enfrentamento de situações de maus-tratos e abandono.

A adequada publicidade de sua composição e dos atos formais de nomeação é medida que assegura:

O presente requerimento tem caráter estritamente institucional e fiscalizatório, visando garantir a conformidade dos atos administrativos com os princípios da legalidade e da publicidade, bem como permitir o acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito da política municipal de proteção à fauna.

O Poder Legislativo, no exercício de sua função constitucional de fiscalização, deve ter acesso às informações formais relativas à constituição e funcionamento dos órgãos colegiados vinculados ao Poder Executivo.

Sala de Reuniões, 23 de Fevereiro de 2026